

OF.FUND. 09122021

Ribeirão Preto, 09 de dezembro de 2021

Prezado Senhor

Fernando Alencar

AGERPISA - Águas e Esgotos do Piauí SA

Sirvo-me do presente para enviar a proposta preliminar referente a execução de serviços técnicos especializados para elaboração de estudos econômicos-institucionais necessários para adequar a atuação da AGESPISA - águas e esgotos do Piauí SA ao novo contexto criado a partir da edição da lei federal nº 14.026/2020.

Sendo o bastante até o momento, colocamo-nos à disposição de V.S<sup>a</sup>. para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



Rudinei Toneto Junior

Coordenador de Projeto Fundace



## PROPOSTA

SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS PARA ELABORAÇÃO DE ESTUDOS ECONÔMICOS-INSTITUCIONAIS NECESSÁRIOS PARA ADEQUAR A ATUAÇÃO DA AGESPISA - ÁGUAS E ESGOTOS DO PIAUÍ SA AO NOVO CONTEXTO CRIADO A PARTIR DA EDIÇÃO DA LEI FEDERAL Nº 14.026/2020

INTERESSADO:

AGESPISA - Águas e Esgotos do Piauí SA

Ribeirão Preto/SP

Dezembro/ 2021

FUNDACE

## SUMÁRIO

---

1. OBJETO .....	4
2. PRODUTOS ESPERADOS .....	5
3. PRAZOS E CRONOGRAMA .....	8
4. ORÇAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	9
5. EQUIPE .....	10
6. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO E PORTFÓLIO DE PROJETOS .....	12

PRELIMINAR



## 1. OBJETO

---

Conforme Termo de Referência o objeto da contratação refere-se a realização dos estudos econômicos e institucionais necessários para a adequação da AGESPISA - Águas e Esgotos do Piauí SA - ao novo contexto criado a partir da edição da Lei federal nº 14.026/2020 (“Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico”).

Os estudos devem ser elaborados em conformidade com a legislação federal e estadual sobre o tema, especialmente a Constituição Federal e a Constituição Estadual, a Lei Nacional de Saneamento Básico e seus regulamentos, O Estatuto da MetrÓpole, e a Lei de criação da AGESPISA e suas alterações posteriores.

Espera-se também que a contratada proponha e assessore na implementação de soluções que permitam o atingimento da meta de universalização dos serviços públicos de abastecimentos de água e de esgotamento sanitário, prevista no art. 11-B da Lei Nacional de Saneamento Básico, por meio da divisão estratégica do Estado em estruturas regionais que permitam a geração de ganhos de escala aptos a viabilizar econômica e financeiramente a prestação dos serviços, e a adequação dos contratos da AGESPISA existentes para garantir a continuidade e a expansão da prestação dos serviços.

Desde já informamos que a regionalização deverá implicar na instituição de apenas uma Microrregião, tendo em vista as características econômicas da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário. Caso tais características se confirmem no aprofundamento dos estudos, nos termos dos critérios de regionalização definidos pela Lei Nacional de Saneamento Básico e pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, apesar de o alcance da viabilidade econômico-financeira deve levar a apenas uma Estrutura de Prestação Regionalizada, as peculiaridades internas ao Estado do Piauí deverão ser equacionadas pela própria governança da autarquia microrregional de integração.

## 2. PRODUTOS ESPERADOS

---

Como visto, o Novo Marco Regulatório trouxe novidades para o setor, especialmente no que diz respeito à regulação dos serviços (com a atribuição de novas competências à ANA), à contratualização e à competição (com a vedação à celebração de novos contratos de programa e a instituição de metas de universalização), à regionalização da prestação dos serviços e ao acesso a recursos federais.

Dessa forma, os produtos propostos abaixo levam em consideração esse novo cenário, com a finalidade de modernizar e guiar uma política pública de saneamento básico sem se olvidar das particularidades socioeconômicas do Estado do Piauí.

### 2.1. PRODUTO 1 - VERSÃO PRELIMINAR DO ANTEPROJETO DE LEI PARA A REGIONALIZAÇÃO E DE SEUS ESTUDOS DE REGIONALIZAÇÃO

A contratada será responsável por elaborar versão preliminar de anteprojeto de lei que institui as estruturas regionais, com base nas experiências dos outros Estados, nas particularidades da Companhia e do Estado do Piauí, para apresentação em audiência e consulta públicas.

Junto à versão preliminar de anteprojeto de lei, a contratada também deverá apresentar ao Produto 1 a estrutura preliminar dos Estudos de Regionalização. Tais estudos servem para justificar a regionalização proposta, sendo exigência do Estatuto da Metrópole para a instituição de regiões metropolitanas, microrregiões e aglomerações urbanas. Os Estudos de Regionalização serão compostos pelos estudos técnicos e econômico-financeiros elaborados pela Companhia, bem como por estudos institucionais que serão elaborados pela contratada, e a entrega de sua versão definitiva está prevista no Produto 3.

Concomitantemente, a contratada deverá elaborar Estudo de Viabilidade Econômica para a regionalização, contendo: estimativa de investimentos, receitas, despesas operacionais e estimativa do Fluxo de Caixa para a análise financeira.

## **2.2. PRODUTO 2 - VERSÃO FINAL DO ANTEPROJETO DE LEI COMPLEMENTAR PARA REGIONALIZAÇÃO E WORKSHOP SOBRE REGIONALIZAÇÃO**

Após as etapas de audiência e consulta públicas, a contratada deverá elaborar minuta de resposta às contribuições recebidas para auxiliar os órgãos responsáveis, bem como realizar alterações e/ou complementações na versão preliminar do Anteprojeto de Lei Complementar com base nas contribuições acolhidas, entregando, ao final, a versão definitiva do Anteprojeto de lei que institui a Microrregião do Estado do Piauí.

Além da entrega da versão final do anteprojeto de lei para regionalização, a contratada ministrará workshop presencial e/ou virtual com o intuito de capacitar os servidores da Companhia, bem como demais envolvidos, no sentido de explicar as inovações trazidas pelo Novo Marco do Saneamento Básico, notadamente sobre a regionalização da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e esgotamento sanitário, e as alternativas para a universalização do saneamento básico no Estado do Piauí. Ou seja, haverá o esclarecimento de qual a estratégia adotada, a qual será construída mediante o diálogo entre a consultoria e os técnicos do Estado, tendo em vista a metodologia dialógica de elaboração dos serviços técnicos especializados de consultoria.

## **2.3. PRODUTO 3 - ESTUDOS DE REGIONALIZAÇÃO**

O Produto 3 será composto pelos Estudos de Regionalização. Caberá à contratada avaliar os estudos de viabilidade técnica e econômico-financeira realizados pela Companhia, sugerindo alterações e/ou complementações, bem como elaborar as justificativas jurídicas e institucionais, para formar o conjunto dos Estudos de Regionalização exigidos pelo Estatuto da Metrópole para a instituição de entidades regionais.

É de responsabilidade da contratada organizar os diferentes estudos e integrá-los para formar o conjunto dos Estudos de Regionalização de maneira coerente e racional.



Os Produtos 2 e 3 serão encaminhados ao Governo do Estado, responsável pelo encaminhamento do Projeto de Lei Complementar, e dos estudos para efetiva implementação das regionalização, para apreciação da Assembleia Legislativa.

#### **2.4. PRODUTO 4 - MINUTA DE DECRETO APROVANDO O REGIMENTO INTERNO PROVISÓRIO DA MICRORREGIÃO**

A consultoria deverá elaborar Minuta de Decreto que, após instituídas as microrregiões, deve ser apresentado pelo Estado do Piauí para fins de disciplina preliminar dos órgãos de governança e seu devido funcionamento, inclusive para que a própria Microrregião possa elaborar seu Regimento Interno definitivo.

Ainda, a consultoria poderá realizar reuniões juntos aos órgãos do Estado envolvidos no processo de regionalização, conjuntamente com os técnicos e dirigentes da Companhia, no intuito de explorar as melhores soluções de governança.

#### **2.5. PRODUTO 5 - ESTUDOS PARA FUNDAMENTAR A ESCOLHA DA COMPANHIA**

O Produto 5 corresponde a parecer que, com base nos produtos 2 e 3, fundamentará a escolha da Companhia para fins de continuidade na prestação dos serviços públicos de abastecimento de água e de esgotamento sanitário no Estado do Piauí.

Tal parecer terá como função trazer subsídios para responder a eventuais dúvidas dos órgãos de controle e, notadamente, para trazer mais segurança para a atuação da Companhia, com a finalidade de universalização do saneamento básico.

#### **2.6. PRODUTO 6 - ACOMPANHAMENTO E ASSESSORIA NA CONSOLIDAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DA COMPANHIA**

O Produto 6, por fim, consistirá no acompanhamento no processo de consolidação do devido funcionamento da Companhia, tendo em vista as mudanças a serem implementadas - notadamente as que vierem a ser realizadas no âmbito societário -- com vistas a cumprir com os estudos elaborados nos produtos anteriores,

bem como para estar alinhada à legislação nacional e estadual vigente, em especial para viabilizar a eventual mudança de controle acionário da Companhia, de forma a que o Estado do Piauí, caso seja sua opção, adote a forma de prestação direta dos serviços.

Para tal produto, considerando a sua possível complexidade, a consultoria poderá realizar encontros presenciais e/ou virtual, com a finalidade de esclarecer eventuais dúvidas e questionamentos, no sentido de capacitar os funcionários da Companhia para os novos desafios trazidos pelas inovações legais.

## 2.7. SERVIÇOS CONTEMPLADOS

Inclui-se no escopo dos trabalhos, também, a disponibilidade da contratada para a realização de reuniões periódicas de acompanhamento e de discussão dos Produtos, além da assessoria na apresentação e aprovação dos Produtos junto aos dirigentes da AGESPISA e/ou outros órgãos e entidades do Estado do Piauí.

## 3. PRAZOS E CRONOGRAMA

O prazo estimado para a execução do objeto contratual é de 6 (seis) meses, ou 180 (cento e oitenta) dias, sendo os seguintes prazos estimados para a entrega de cada Produto:

- i. Produto 1: 30 dias;
- ii. Produto 2: 60 dias, condicionado ao término da audiência e consulta pública;
- iii. Produto 3: 90 dias;
- iv. Produto 4: 120 dias;
- v. Produto 5: 150 dias;
- vi. Produto 6: 180 dias.

Os prazos acima não incluem os prazos de avaliação e aprovação final dos Produtos pela contratante, bem como eventuais complementações ou modificações solicitadas à consultoria contratada.



Apresenta-se abaixo estimativa de cronograma de entrega dos Produtos:

	Mês 1	Mês 2	Mês 3	Mês 4	Mês 5	Mês 6
<b>PRODUTOS</b>	30 dias	60 dias	90 dias	120 dias	150 dias	180 dias
<b>P1: Versão preliminar do Anteprojeto de lei para a regionalização e de seus Estudos de Regionalização</b>						
<b>P2: Versão final do Anteprojeto de lei para regionalização e workshop sobre Regionalização</b>						
<b>P3: Estudos de Regionalização</b>						
<b>P4: Minuta de Decreto de Regimento Interno da Microrregião</b>						
<b>P5: Parecer jurídico que fundamenta a escolha da Companhia</b>						
<b>P6: Acompanhamento e assessoria jurídico-econômica na consolidação do funcionamento da Companhia</b>						

#### 4. ORÇAMENTO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O orçamento para a elaboração dos estudos mencionados é de R\$900.000,00 (Novecentos Mil Reais) a serem pagos conforme a entrega dos produtos mencionados e discriminados a seguir:

<b>PRODUTOS</b>	<b>VALOR (R\$)</b>
<b>P1: Versão preliminar do Anteprojeto de lei para a regionalização e de seus Estudos de Regionalização</b>	140.000,00

P2: Versão final do Anteprojeto de lei para regionalização e workshop sobre Regionalização	120.000,00
P3: Estudos de Regionalização	260.000,00
P4: Minuta de Decreto de Regimento Interno da Microrregião	120.000,00
P5: Parecer que fundamenta a escolha da Companhia	80.000,00
P6: Acompanhamento e na consolidação do funcionamento da Companhia	180.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>900.000,00</b>

## 5. EQUIPE

A equipe contará com um coordenador dos estudos econômicos e um coordenador para os estudos institucionais, além de pesquisadores sêniores e plenos nas duas áreas. A coordenação dos estudos econômicos será do Prof. Dr. Rudinei Toneto Junior e a dos estudos institucionais do Dr. Wladimir Antonio Ribeiro.

### Prof. Dr. Rudinei Toneto Junior

Professor Titular do Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo (FEARP-USP); Economista, Mestre, Doutor e Livre-Docente em Economia pela USP; Autor de diversos livros artigos e estudos técnicos sobre desenvolvimento econômico, financiamento e investimentos em infraestrutura. Coordenador do Núcleo de Apoio a Pesquisa em Economia de Baixo Carbono. Autor de tese de livre-docência sobre “A Situação Atual do Saneamento Básico no Brasil: Problemas e Perspectivas” (Ribeirão Preto, 2004); autor de diversos artigos e capítulos de livro sobre a regulação do setor de saneamento, investimentos no setor, determinantes do déficit de acesso e das desigualdades no setor, equilíbrio econômico de contratos, entre outros. Atualmente



é bolsista produtividade do CNPq com pesquisa sobre as Restrições ao Investimento no Setor. Coordenador de diversos estudos e projetos de avaliação e estudos de reequilíbrio financeiro do setor com destaque a prestação de serviços para agências reguladoras do setor e para provedores de serviços como pode ser verificado no portfólio da FUNDACE sobre estudos a temas relacionados. É autor de outros livros e estudos relacionados ao setor como por exemplo “Resíduos Sólidos no Brasil: Oportunidades e Desafios da Lei Federal 12.305 (lei de Resíduos Sólidos”.

**Wladimir Antônio Ribeiro** - Advogado, graduado em Direito pela Universidade de São Paulo (1990), Especialista em Direito Urbanístico e Ambiental pelo Centro de Estudos do Direito do Ordenamento, Urbanismo e Ambiente - CEDOUA (2001) e mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Coimbra (2002). Foi Consultor do Governo Federal na elaboração da Lei Nacional de Saneamento Básico (Lei nº 11.445, de 2007) e da Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305, de 2010). Foi consultor em diversos projetos para implementação de projetos na área de saneamento, energia e resíduos sólidos, inclusive parcerias público-privadas (PPPs). Autor de diversos artigos e capítulos de livros sobre análise dos aspectos jurídicos institucionais do saneamento básico.

## 6. HISTÓRICO DA INSTITUIÇÃO E PORTFÓLIO DE PROJETOS

---

A Fundação para Pesquisa e Desenvolvimento da Administração, Contabilidade e Economia - FUNDACE - é uma instituição sem fins lucrativos criada em 1995 pelos docentes da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto da Universidade de São Paulo - FEA-RP/USP para facilitar o processo de integração entre universidade e comunidade.

A FEA-RP/USP oferece cursos de graduação e pós-graduação (mestrado, doutorado e especialização) nas áreas de Economia, Administração, Contabilidade e Economia Empresarial e Controladoria. Atualmente a faculdade conta com aproximadamente 100 professores distribuídos pelas mais diversas áreas de pesquisa: Economia Aplicada, Finanças, Marketing, Gestão e Finanças Públicas, Organização Industrial, Regulação Econômica, Recursos Humanos, Controladoria, Métodos Quantitativos, entre outras. A maior parte desses pesquisadores e professores são associados à FUNDACE por meio da qual desenvolvem suas atividades de extensão universitária.

Localizada em um dos maiores centros econômicos e empresariais do Estado de São Paulo, Ribeirão Preto, a FUNDACE cumpre seu papel desenvolvendo projetos de pesquisa e oferecendo cursos de especialização e qualificação a executivos, prestando serviços técnicos especializados em sua área de atuação e executando projetos de extensão e soluções empresariais, com uma experiência de 25 anos de atividade e um grande portfólio de clientes.

Inserida neste contexto, a FUNDACE desempenha a função de organizar os recursos de conhecimentos gerados no âmbito da FEA-RP/USP para atender as demandas da sociedade e de organizações públicas e privadas interessadas em práticas modernas e mais eficazes de gestão.

A FUNDACE exerce também, de importante tarefa de servir de um mecanismo de fomento à produção e disseminação de conhecimento nas áreas de Administração, Contabilidade e Economia, proporcionando que docentes e alunos avancem em conhecimento e experiências.

Em síntese, ela atende aos requisitos legais para a sua contratação direta, na forma autorizada pelo inciso XIII, do artigo 24, da Lei 8.666/93, com a redação dada



pela Lei nº 8.883/94<sup>1</sup>, quais sejam: é uma entidade estatutariamente voltada ao ensino, à pesquisa científica e ao desenvolvimento institucional; possui entre as suas finalidades estatutárias, a prestação de serviços técnicos especializados na área do objeto pretendido; conta com inquestionável reputação ético-profissional e reconhecida qualidade, que a distingue no desempenho da atividade a ser contratada; e não tem fins lucrativos. No que diz respeito a estudos e projetos relacionados ao setor de saneamento básico já foram desenvolvidos diversos estudos relacionados à viabilidade econômica e financeira de projetos, assessorias relacionadas a reformas e estruturação administrativa de empresas e órgãos públicos, análises de reequilíbrio econômico, modelagem de projetos de concessões e PPPs, apoio à estruturação de agências regulatórias, entre outros. A natureza de uma série de clientes da FUNDACE mostra o conhecimento da instituição com o objeto mencionado no termo de referência. Além de já ter prestado serviço para diversas empresas (autarquias) públicas e privadas na área de saneamento, atua junto a agências reguladoras do setor, instituições financeiras e diversas prefeituras. Os currículos dos pesquisadores envolvidos no projeto também atestam a qualificação da instituição.

A coordenação do projeto ficará a cargo do Prof. Dr. Rudinei Toneto Junior que tem concentrado suas pesquisas nos últimos anos no setor de saneamento básico como poderá ficar atestado pela sua tese de livre docência, diversos artigos, livros e capítulos de livros publicados. Os demais pesquisadores e consultores que participarão do projeto também possuem ampla experiência em estudos econômicos, administrativos, jurídicos e de engenharia relacionados a modelagem financeira, econômica e institucional ligada ao setor de saneamento.

O quadro abaixo apresenta uma parcela do portfólio da FUNDACE com os respectivos projetos e clientes de temas relacionados ao termo de referência apresentado. Foram destacados alguns estudos relacionados ao setor de saneamento, avaliações de contratos de concessão e equilíbrio econômico-financeiro e alguns projetos relacionados a diagnóstico e reformas administrativas em diferentes tipos de organizações. O portfólio completo dos projetos desenvolvidos pela Fundace pode

---


<sup>1</sup> Art. 24. É dispensável a licitação: XIII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional, ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;



ser solicitado a qualquer momento.

Dentre os projetos recentes desenvolvidos pela FUNDACE deve-se destacar que na busca de alternativas para a viabilização dos investimentos no Estado da Bahia, em estudo desenvolvido para a AGERSA, resultou na proposta de regionalização do Estado que se transformou em Projeto de Lei já aprovado no Estado, sendo o primeiro no país a se adequar ao preceito do Marco Legal, anteriormente a própria aprovação do Novo Marco. Outro projeto em andamento é o desenvolvimento do modelo de concessão, no âmbito da FEP-CEF, para o município de São Gonçalo do Almirante, que é o primeiro projeto FEP-CEF no setor. E atualmente estamos com dois contratos em andamento com a ATR - Agencia Tocantinense de Regulação para a modelagem da revisão tarifária e adequação da agência ao Novo Marco Legal e outro com a AGERSA voltado para os estudos de viabilidade das microrregiões, modelagem institucional para investimentos privados, sistema de gestão de contratos e programa de qualificação.


Esta vasta experiência mostra como os projetos desenvolvidos pela FUNDACE estão em sintonia com os novos direcionamentos dado pelo Novo Marco Legal.

Logotipo	Nome Cliente	Projeto	Ano
	Companhia de Águas e Esgoto da Paraíba	Serviços técnicos especializados de consultoria econômico-financeira e institucional para: (i) Avaliação de EVTEs municipais e global para comprovação da capacidade econômica e financeira, conforme Decreto 10.710. (ii) Avaliação do Plano de Captação conforme Decreto 10.710; (iii) Certificação do EVTE e do Plano de Captação, conforme Decreto 10.710.	2021

Logotipo	Nome Cliente	Projeto	Ano
	Companhia Catarinense de Água e Saneamento	Serviços técnicos especializados de consultoria econômico-financeira e institucional para: (i) Elaboração de EVTEs municipais e globais para comprovação da capacidade econômica e financeira, conforme Decreto 10.710. (ii) Apoio à Elaboração do Plano de Captação conforme Decreto 10.710; (iii) Certificação do EVTE e do Plano de Captação, conforme Decreto 10.710.	2021
	Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará	Serviços técnicos especializados de consultoria econômico-financeira e institucional para: (i) Elaboração de EVTEs municipais e globais para comprovação da capacidade econômica e financeira, conforme Decreto 10.710. (ii) Apoio à Elaboração do Plano de Captação conforme Decreto 10.710; (iii) Certificação do EVTE e do Plano de Captação, conforme Decreto 10.710.	2021
	Companhia de Água e Esgoto do Estado do Ceará	Serviços de assessoria para análise crítica do Relatório de Avaliação Econômico-Financeiro Final, do Plano de Negócio e Relatório do Value for Money elaborado pelo Consórcio contratado pelo BNDES para a modelagem da PPP de Esgoto da Região Metropolitana de Fortaleza,	2021
	Companhia de Água e Esgotos da Paraíba	Serviços técnicos especializados de elaboração dos estudos econômicos e institucionais necessários para a implantação da Regionalização dos Serviços de Saneamento Básico no Estado da Paraíba conforme previsto no Novo Marco Regulatório do setor de Saneamento Básico - Lei 14.026/2020.	2021





Logotipo	Nome Cliente	Projeto	Ano
	Companhia Pernambucana de Saneamento	Prestação de Serviços Técnicos especializados de Consultoria e Assessoria Regulatória Institucional frente o Novo Marco Legal de Saneamento: Estudo de Regionalização de Pernambuco; Análise da Situação Contratual, Estudo de Benchmark, Análise e cálculo do WACC, Avaliação dos EVTEs e do Plano de Captação, Certificação do EVTE e do Plano de Captação.	2021
	Companhia de Água e Esgotos de Roraima	Serviços técnicos especializados de elaboração dos estudos econômicos e institucionais necessários para a implantação da Regionalização dos Serviços de Saneamento Básico no Estado de Roraima conforme previsto no Novo Marco Regulatório do setor de Saneamento Básico - Lei 14.026/2020.	2021
	Companhia de Saneamento do Paraná.	Estudos econômico-financeiros necessários para adequar a atuação da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR) ao novo contexto criado a partir da edição da Lei federal nº 14.026/2020 (“Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico”), com destaque para a Regionalização do Estado do Paraná	2021
	Paranaguá Saneamento S.A	Consultoria Técnica para Elaboração de Estudo de Variabilidade Econômico-Financeira Referente a redução tarifária dos serviços de abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário no Município de Paranaguá.	2021





Logotipo	Nome Cliente	Projeto	Ano
	Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia	Elaboração de EVTEs das Microrregiões de Saneamento Básico da Bahia; Cursos de Qualificação em Regulação do Saneamento Básico, Avaliação e proposição de modelos econômico-financeira da prestação dos serviços públicos de saneamento básico, incluindo a definição de modelos institucionais de prestação e de viabilização de investimentos; Validação da Base de Ativos Regulatórios; Implantação do Sistema de Monitoramento e Contratos e acompanhamento Regulatório; apoio a avaliação da capacidade econômica e financeira do prestador.	2020
	Agência tocantinense de regulação, controle e fiscalização de serviços públicos - ATR	Adequação de metodologia de revisão tarifária, manual de contabilidade regulatória e manual de base de ativos regulatória.	2020
	Banco do Brasil S.A	FEHIDRO - Gerenciamento da Exploração do Aquífero Guarani - Estudo sobre o comportamento do aquífero Guarani e a otimização da extração de água.	2020
	Caixa Economica Federal - GILOG/BR	Modelagem e estruturação de projeto de concessão de água e esgoto para São Gonçalo do Amarante- RN	2020
	Agência Reguladora dos Serviços de Saneamento das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	Apoio na Avaliação Econômica de Contratos de Concessão Plena e de Parcerias Público-Privadas dos municípios vinculados à ARES-PCJ.	2019

Logotipo	Nome Cliente	Projeto	Ano
	Agência Reguladora de Saneamento Básico do Estado da Bahia	Reestruturação da Agência, de suas normas e procedimentos, Elaboração do Manual de contabilidade regulatória, Base de Ativos Regulatórios e Metodologia de Revisão Tarifária, estudo de Regionalização para a Bahia.	2018
	Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS	Serviço de capacitação de natureza singular com a finalidade de aperfeiçoar a metodologia de revisão e reajuste tarifário.	2018
	Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS	Processo de revisão tarifária	2018
	Agência Reguladora Dos Serviços De Saneamento Das Bacias Dos Rios Piracicaba, Capivari E Jundiá	Capacitações de servidores na área econômica e apoio na avaliação econômica de contratos de concessão e de parceria público-privadas dos municípios vinculados à Agência Reguladora PCJ.	2015
	Companhia de Serviço de Água e Esgoto e Resíduos de Guaratinguetá	Análise ordinária do contrato de parceria público-privada para a prestação dos serviços de esgotamento sanitário no município do Guaratinguetá	2016
	Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto	Estudo e projetos para captação de água do Rio Pardo	2016
	Prefeitura Municipal de Serrana	Estudo da Evolução das Receitas e Despesas, bem como do Equilíbrio financeiro e Atuarial do Instituto Previdenciário Municipal	2017

Logotipo	Nome Cliente	Projeto	Ano
	Companhia de Desenvolvimento Econômico de Ribeirão Preto	Análise e levantamento de informações econômicas e sociais do município de Ribeirão Preto para incremento de banco de dados da CODERP	2016
	Aegee Saneamento e Participações S/A	Estudos e pesquisa econômica no Estado de Rondônia	2014
	Agência Reguladora Dos Serviços De Saneamento Das Bacias Dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá	Estudos econômico-financeiros da revisão extraordinária da Parceria Público-Privada do Município de Atibaia/SP.	2014
	Consórcio Linha Amarela	Análise do Pleito apresentado pelo Consórcio Linha Amarela (CLA).	2014
	Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto	Avaliação Econômico-Financeira do Contrato de Concessão do Serviço de Tratamento e Destinação Final de Esgotos Sanitários no Município de Ribeirão Preto.	2014
	Empresa de Trânsito e Transporte Urbano de Ribeirão Preto S/A	Avaliação do sistema de controle contábil utilizado pelas empresas integrantes do consórcio que explora e presta o serviço de transporte coletivo urbano no Município de Ribeirão Preto.	2014
	Gás Brasileiro Distribuidora S.A.	Serviços de identificação da elasticidade da tarifa de gás natural.	2014



Logotipo	Nome Cliente	Projeto	Ano
	Agência Reguladora Dos Serviços De Saneamento Das Bacias Dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí	Estudo econômico-financeiro da revisão ordinária da Parceria Público-Privada do Município de Rio Claro - São Paulo.	2013
	Gás Brasileiro Distribuidora S.A.	Estudo de Marketing no Segmento de Mercado Urbano no Município de Ribeirão Preto.	2013
	Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo	Balanço Ambiental.	2009
	Departamento de Água e Esgotos de Ribeirão Preto	Avaliação dos ativos do DAERP e oferecimento de alternativas de políticas de destinação, contabilização e gestão.	2013
	Instituto Trata Brasil	Análise das perdas de água: caracterização, determinantes e conseqüências econômicas para o saneamento básico e na restrição hídrica às grandes cidades.	2011
	Leão Ambiental S.A	Avaliação econômico-financeira dos contratos de prestação serviços de limpeza urbana entre a Leão Leão e as prefeituras de Araraquara e Ribeirão Preto.	2011
	Municipalidade de Paulínia	Prestação de serviços para o estudo econômico, técnico e jurídico de alternativas eficientes para a provisão de iluminação pública.	2011

Logotipo	Nome Cliente	Projeto	Ano
	Prefeitura Municipal de Matão	Avaliação econômico-financeira do contrato de concessão do serviço de tratamento e destinação final de esgotos sanitários no município de Matão.	2010
	Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A.	Avaliação do Fluxo de Caixa da Concessão da Gestão e Construção do Terminal Rodoviário de Campinas.	2009
	Instituto Estre Responsabilidade Socioambiental	Centro de Informações relativas a resíduos sólidos.	2009
	Empresa Municipal de Desenvolvimento de Campinas S/A.	Elaboração de estudos econômico-financeiros a fim de apurar eventual existência de desequilíbrio econômico-financeiro, pleiteado pela Concessionária Consórcio Terminal Rodoviário de Campinas - CTRC.	2011
	Associação das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Campinas André Lucirton Costa	Desenvolvimento de Sistema informatizado de Gestão Orçamentária, financeira e de Controle de Investimentos.	2008
	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba Marcos Fava Neves	Projeto Integrado de Negócios Sustentáveis (estudo de cadeias de cacau, algodão, milho, etc.).	2008
	Concessionária Auto Raposo Tavares S/A	Estudos técnicos - Análise Econômica e Financeira	2016



Logotipo	Nome Cliente	Projeto	Ano
 Inter-American Development Bank	Inter-American Development Bank	Structure and Composition of Firms' Balance Sheets and Structure and Composition of Brazilian Firms.	2014
	Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto	Avaliação dos Ativos da Prefeitura Municipal de Ribeirão Preto.	2013
 INSTITUTO estre RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	Instituto Estre Responsabilidade Socioambiental	Estudo "Resíduos Sólidos no Brasil: Oportunidades e Desafios da Lei Federal nº 12.305 (Lei de Resíduos Sólidos)".	2012
	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social	Pesquisa científica que identifique os efeitos potenciais sobre a estrutura econômica da indústria brasileira resultante da adoção de tecnologias de baixo carbono nos países desenvolvidos.	2011
 Confederação Nacional da Indústria CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA	Confederação Nacional da Indústria	Impactos econômicos da desoneração da folha de pagamentos sobre a indústria brasileira.	2011
	Prefeitura Municipal de Campinas	Estudos para a avaliação do impacto do subsídio para custear o Programa de Acessibilidade Inclusiva (PAI).	2009